

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.492.558 - RS (2019/0116890-7)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : KEVIN LUKAS KARAS MENDES**  
**ADVOGADO : ANDREALDO RIBEIRO DIAS - PR058951**  
**AGRAVADO : UNIÃO**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por KEVIN LUKAS KARAS MENDES contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, assim ementado:

ADMINISTRATIVO. MILITAR TEMPORÁRIO.  
INCAPACIDADE PARCIAL E TEMPORÁRIA. LOMBALGIA.  
INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO DE CAUSA E EFEITO COM AS  
ATIVIDADES MILITARES. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO.  
ENCOSTAMENTO.

1. A prova dos autos se mostra suficiente para a verificação de que o autor, em decorrência da lombalgia degenerativa eclodida quando em atividade militar, todavia sem relação de causa e efeito com esta, restou, na época do licenciamento, parcialmente incapaz para o labor.

2. Não se mostra ilegal ou arbitrário o ato de licenciamento procedido pela Administração, embora exista incapacidade temporária para o trabalho, quando a doença que acomete o militar não tenha relação de causa e efeito com as atividade da caserna.

3. O tratamento médico pode ser provido pelo Exército Brasileiro por meio da aplicação do instituto do "encostamento", sem a percepção do soldo militar, a fim de não interromper a terapêutica até então adotada.

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do arts. 5º, LV, da CF e; 369 e 373 do CPC, no que concerne ao cerceamento de defesa em razão da ausência de produção de prova para comprovação do nexos causal para fins de concessão do benefício previdenciário, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

DA NULIDADE DA SENTENÇA CERCEAMENTO DO  
CONTRADITÓRIO PRODUÇÃO DE PROVA

Retomando a questão fatal que posterga o direito do Recorrente, temos que o Meritíssimo Juiz *a quo*, ao sanear o processo, deliberou antecipadamente sobre o roteiro probatório a ser seguido pelas partes e

cartório.

Dividiu as questões controversas em duas partes, a primeira relacionada à prova pericial, com o fim de verificar a real situação de saúde do recorrente; a segunda relacionada à comprovação do nexo causal entre a lesão (moléstia) e o serviço militar, que nos termos da decisão saneadora, somente ocorria se verificado incapacidade ao tempo da desincorporação (3.2, i), momento que ocorreria a intimação da parte autora para indicar os meios de prova a produzir.

(...)

Mas no caso discutido a produção de prova para fins de comprovação do nexo causal é essencial para a concretização do direito do Recorrente (fls. 286/289).

Quanto à segunda controvérsia, aponta divergência jurisprudencial quanto aos arts. 369 e 373 do CPC, relativamente à necessidade de reintegração do recorrente às fileiras do Exército para fins de tratamento médico-hospitalar, até sua cura ou reforma, na situação de adito, com todas as verbas remuneratórias desde o seu desligamento indevido, trazendo o(s) seguinte(s) paradigmas(s): AgInt no REsp 1506828/SC; AgInt no REsp 1681542/RS e REsp 1685579/PE.

É o relatório. Decido.

No que concerne à primeira controvérsia, é incabível o recurso especial porque visa discutir violação à norma constitucional que, consoante o disposto no art. 102, inciso III, da Constituição Federal, é matéria própria do apelo extraordinário para o Supremo Tribunal Federal.

Nesse sentido: “Não cabe ao Superior Tribunal de Justiça, em recurso especial, o exame de eventual ofensa a dispositivo da Constituição Federal, ainda que para o fim de prequestionamento, sob pena de usurpação da competência reservada ao Supremo Tribunal Federal” (AgInt no EREsp n. 1.082.463/DF, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Segunda Seção, DJe de 1º/2/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.342.571/RS, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe de 1º/2/2019; e AgInt no AREsp n. 1.287.630/SC, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 25/9/2018.

Ademais, o acórdão recorrido assim decidiu:

Preliminarmente, o autor alega que após a juntada do laudo pericial não foi intimado para apresentar as provas a que pretendia produzir a fim de comprovar o vínculo entre o serviço militar e o acidente sofrido, fato que

acarretaria em nulidade da sentença por cerceamento de defesa.

Não lhe assiste razão, porquanto houve intimação da juntada do laudo pericial, tendo o autor se manifestado no evento 50, ocasião em que tão somente afirmou que: “*Quanto ao nexo casual o autor se manifestará oportunamente, a partir da produção de provas*”. Ocorre que a produção de provas já tinha ocorrido, foi exatamente a apresentação do laudo pericial.

Deveria o autor, naquela oportunidade se manifestar sobre a perícia e requerer especificamente qual a prova ainda pretendia produzir.

No entanto, não o fez.

**Por fim, mesmo após a sentença, em sua peça apelativa, o autor não menciona qual seria a prova que pretendia produzir.**

Assim, afasto a preliminar de cerceamento de defesa (fls. 224/225).

Aplicável, portanto, o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que as razões recursais delineadas no especial estão dissociadas dos fundamentos utilizados no aresto impugnado, tendo em vista que a parte recorrente não impugnou, de forma específica, os seus fundamentos, o que atrai a aplicação, por conseguinte, do referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, esta Corte Superior de Justiça já se manifestou que: “Não atacado o fundamento do aresto recorrido, evidente deficiência nas razões do apelo nobre, o que inviabiliza a sua análise por este Sodalício, ante o óbice do Enunciado n.º 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal” (AgRg no AREsp n. 1.200.796/PE, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 24/8/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: REsp n. 1.682.077/RS, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 11/10/2017; AgInt no AREsp n. 734.966/MG, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 4/10/2016; AgRg nos EDcl no REsp n. 1.477.669/SC, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 2/5/2018; e AgRg no AREsp n. 673.955/BA, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 8/3/2018.

Quanto à segunda controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que o(s) artigo(s) apontado(s) como violado(s) não tem/têm comando normativo suficiente para amparar a apontada divergência jurisprudencial, o que atrai, por conseguinte, o citado enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido: “A jurisprudência desta Corte considera deficiente a fundamentação do recurso quando os dispositivos apontados como violados não têm comando normativo suficiente para infirmar os fundamentos do aresto recorrido, circunstância que atrai, por analogia, a incidência do entendimento da Súmula n. 284 do Supremo Tribunal Federal” (AgInt no REsp n. 1685486/RJ, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 21/2/2019).

Confiram-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no REsp n. 1675309/RS, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 26/2/2018; AgRg no REsp n. 1351593/RS, relatora Ministra Laurita Vaz, Quinta Turma, DJe de 12/3/2014; e AgRg no AREsp n. 197.224/SP, relatora Ministra Marilza Maynard (Desembargadora Convocada do TJ/SE), Quinta Turma, DJe de 20/11/2012.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

**Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente